INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Quarta onda do comércio

Compras on-line e pagamentos ficarão mais rápidos, seguros e personalizados

» RAFAELA GONÇALVES

inteligência artificial (IA) é apontada como o próximo grande passo dos meios de pagamento, tornando as compras mais rápidas, seguras e personalizadas. A operadora Visa desenvolve soluções que prometem transformar a experiência do consumidor tanto no comércio eletrônico quanto nas transações financeiras em tempo real.

"Estamos entrando em um período que chamamos de quarta revolução do comércio. A IA permitirá que um agente faça recomendações e até execute compras para o usuário, mas sempre com controle total dele sobre o valor e a autorização da transação", explicou Vanessa Rodrigues Antunes, vice-presidente de Desenvolvimento de Negócios da Visa do Brasil.

Atualmente, a empresa conta com mais de 2,5 mil engenheiros dedicados à inteligência artificial e investiu mais de US\$ 100 milhões em soluções de IA generativa. A solução está em fase-piloto nos Estados Unidos desde setembro e deve chegar ao Brasil no início do próximo ano. "O consumidor autoriza até onde a IA pode atuar; o poder de decisão continua totalmente nas mãos dele", assegurou ela.

Nos últimos anos, o comércio passou por transformações profundas impulsionadas pela



Sob controle do usuário, compras e pagamentos poderão ser feitos por IA

digitalização e pelo avanço tecno-

lógico. Do surgimento do e-com-

merce à popularização dos paga-

mentos por aproximação, os con-

sumidores ganharam rapidez e

soluções de pagamento têm per-

mitido experiências mais perso-

nalizadas, enquanto a integração

de dados e a automação aumen-

tam a segurança e reduzem frau-

des. Segundo Vanessa, essas mu-

danças não apenas alteraram há-

bitos de consumo, mas também

abriram espaço para pequenos

Plataformas digitais e novas

conveniência nas transações.

empreendedores se destacarem em um mercado cada vez mais competitivo e conectado.

Pix off-line

No contexto do Pix, a Visa, reconhecida mundialmente por suas bandeiras de cartões de crédito e débito, desenvolve um modelo de pagamento direto, sem redirecionamento, e vem testando transações off-line. "Quando você está numa loja e paga com sua credencial Visa, não precisa estar conectado à internet para concluir o

pagamento. Estamos transformando a experiência do mundo físico em algo ainda mais eficiente para o Pix", explicou Vanessa.

Em pesquisa da Visa sobre o primeiro semestre de 2025, Brasília se destacou pela maturidade digital: oito em cada 10 transações presenciais na cidade são por aproximação, acima da média nacional de sete em 10. O crescimento geral das transações presenciais foi de 20%, enquanto no e-commerce foi de 80%, refletindo o perfil altamente conectado e digital do consumidor local.



O consumidor autoriza até onde a IA pode atuar, o poder de decisão continua totalmente nas mãos dele"

Vanessa Antunes, vice-presidente da Visa do Brasil



O câncer de próstata é o segundo mais comum entre os homens no mundo, e só no Brasil, mais de 70 mil novos casos são registrados a cada ano, segundo o Instituto Nacional de Câncer (INCA).

Para colocar esse tema em pauta, o Correio Braziliense convida você para acompanhar o evento "Novembro Azul: a saúde do homem em foco".

O debate falará sobre a saúde masculina, autocuidado, prevenção e os desafios que ainda cercam o diagnóstico precoce. A informação e a prevenção são nossas maiores aliadas!

> **Inscrições** aratuitas



Acompanhe o evento presencialmente

Realização:



Brasil S/A por Antonio Machado



machado@cidadebiz.com.br

Apostas viciadas

Política tem facetas ardilosas. Nem sempre o que parece querer é o que quer para valer. Tal como a crítica e o elogio fácil servem, muitas vezes, mais para confundir ou ocultar as intenções reais.

O caso da tributação das bets se amolda nesse figurino. O governo propôs subir de 12% para 18% a oneração pelo IR, perdeu sua aposta ao lhe faltar votos na Câmara, e vai retornar com um projeto agora com alíquota de 24%. E, talvez, esse passe, já que não é a opinião pública o que fará o Congresso mudar o voto. Foi o cumprimento de um objetivo subliminar: o reconhecimento de que a jogatina na web, que virou epidemia de saúde pública, é algo moralmente aceitável.

A discussão sobre a taxação das bets é como um atestado de lisura de um negócio assentado em paraísos fiscais e com zonas cinzentas.

O esquema dos tigrinhos e das loterias de futebol foi proposto e aprovado no Congresso no governo Temer sob o argumento discutível de que é melhor legalizar e tributar o que de outro modo seguiria na marginalidade. Logo vieram os cassinos digitais e a falta de controle sobre os algoritmos dos sorteios. A loteria da Caixa é aberta, com sorteios manuais televisionados. Já das casas de bets sabe-se que monopolizaram o patrocínio dos clubes de futebol e têm sede em lugares estranhos: Gibraltar, Malta, Sérvia, Grécia etc.

Mas poucos se importam com o que está mais para roteiro de filmes policiais que para uma atividade, digamos, de lazer. Relevante, no projeto proposto pelo governo, é arrumar meios para pagar despesas do orçamento cronicamente deficitário das contas públicas.

Basta dizer que os onerados serão "bilionários, bancos e bets", o BBB do marketing oficial, para aplacar as consciências. É para pôr o pobre no orçamento, dizem. Ou: vamos tributar o "andar de cima".

Vão mesmo? A tributação das operações bancárias é repassada para os tomadores de empréstimos dentro do chamado spread. Bilionários são muito poucos, dispõem de meios lícitos para pagar menos taxas, vários mudaram o domicílio fiscal, até a cidadania, e boa parte da riqueza empresarial foi construída fora do Brasil o caso do mais rico deles, Eduardo Saverin, cofundador do Facebook. Vive nos EUA desde criança e hoje mora em Singapura. E as bets...bem, aí mal se sabem seus donos reais e quem fiscaliza os algoritmos dos jogos.

Truques da politicagem

Truque comum nessas questões é tomar a parte como se fosse o todo da questão e fazer de conta de que não há um histórico para o qual ao se dar visibilidade jogaria por terra a defesa da minúcia.

Voltando às bets: não se discute mais se o negócio é legítimo do ponto de vista do entretenimento, pois é disso que se trata, mas o quanto ele deve pagar de tributos ao Estado. Por analogia, fumar crack não seria ruim, ruim é não legitimar o comércio de drogas e, assim, poder tributá-lo, transformando traficante em contribuinte.

Soa mal, mas é do que se trata, e é também o que as operações da PF e da Polícia Civil e Ministério Público de São Paulo começam a constatar: a infiltração do crime organizado na economia formal e em todas as instituições dos poderes da República. O que fazer?

Tirar os antolhos que impedem a visão do que está em nossa volta. Considerar, ao menos considerar, que muitas políticas supostamente benéficas atendem a múltiplos interesses. O governo assumir para si a distribuição de bujão de gás de graça para a baixa renda garante também um mercado cativo para distribuidoras. A alternativa seria manter o poder de compra mínimo do Bolsa Família e deixar para que o assistido tome a decisão sobre como, onde e quanto gastá-lo.

Com seus interesses econômicos bem representados no Congresso, dá para entender por que tais programas, como a cogitada tarifa livre nos ônibus urbanos (outro setor esquisito), tenham apoio para além do bloco de esquerda no Congresso. PT e agregados têm apenas 123 deputados entre 513 e 16 senadores dos 81. Sem a oposição, não há governança. Como o governo aprova o que quer, com raras exceções, e os governistas vivem a insultar a parte majoritária do Congresso nas redes sociais, a suspeita de estranhezas é recorrente.

O tanto que é desperdiçado

Como as questões alegóricas do jogo político dos últimos anos têm método, ou não seriam contumazes, aplicando-se engenharia reversa a esses jogos de sombras pode-se inferir o tanto desperdiçado.

Tome-se o gasto público, crescente a cada ano, e o deficit que os técnicos da Fazenda se escabelam para tentar reduzir. O gasto tem baixa qualidade, há muito desperdício, isso é consensual. Mas tem algo menos visível: a razão de certos programas. Os royalties da exploração do pré-sal, por exemplo, trariam boa parte do que não se conseguirá nem com onerações iníquas como a do IOF sobre cartão de crédito e empréstimos bancários. O que se faz com os royalties?

Grande parte é entregue a municípios ditos confrontantes às áreas do pré-sal, ainda que as sondas estejam a centenas de quilômetros da costa, para compensar danos ambientais que nunca houve. É o que explica a excitação da bancada do Amapá no Senado com a iminência da exploração da Margem Equatorial a 500km da costa, mas que para ambientalistas seria na Foz do Amazonas. Há lobbies de todo tipo.

Não há o que justifique repartir parte dessa riqueza somente com alguns estados e municípios, embora seja de todo o país. No Alaska, o royalty serve para financiar infraestrutura no estado e pagar um salário anual extra a todos os moradores. A Noruega criou um fundo com os dividendos de seu petróleo, aplicado em ações globais (é o maior investidor da Apple), cuja renda vai para a previdência do país. E fazemos aqui o quê? Pulverizamos em obras supérfluas.

Tratem o eleitor como adulto

Discutir a sério os programas tramitando agora no Congresso, para não irmos tão longe, implicaria correlacionar o gasto da população com apostas em bets, por exemplo, ao endividamento das pessoas.

Estudo da FGV destaca o recorde de 79,2% de famílias com dívidas, das quais 30,5% inadimplentes. Sequela dos juros mata-leão, e das bets. Cabe outra discussão: se o desemprego é tão baixo e a renda cresceu, por que a inadimplência disparou? Ou a dívida é alta por que o emprego formal criado é de baixa qualidade?

Os poderes se envolvem em questiúnculas e deixam o principal de lado. Esperam fazer muito dinheiro cortando isenções fiscais, mal denominadas de "gasto tributário". Representam 4,5% do PIB não arrecadados, R\$ 443 bilhões para 2026, com um detalhe: 25% do todo corresponde ao Simples e ao MEI, grande parte dos quais voltaria à informalidade se tivesse de pagar a totalidade da carga tributária tão ou mais sufocante que os juros. Está tudo interligado.

Como a política já está em ritmo de campanha eleitoral, fica aqui a sugestão aos candidatos: tratem o eleitor como adulto.